

EM TERRAS INDÍGENAS

Flagrante de exploração ilegal

João Pinduca Rodrigues - 6/jul/98

GREENPEACE FEZ A DENÚNCIA E ENTREGOU AS IMAGENS À PROCURADORIA DA REPÚBLICA E AO IBAMA

BRASÍLIA (Da Sucursal) - Uma sofisticada exploração de madeira ilegal em terra indígena foi flagrada durante voo de reconhecimento do Greenpeace pela Floresta Amazônica. A operação clandestina, encontrada na terra dos índios caiapós, no Pará, foi documentada com fotografias e imagens de vídeo que incluem a localização geográfica da área explorada, com o uso de GPS (sistema de geoposicionamento por satélite). Caminhões, tratores, carros e barcos envolvidos na operação foram filmados.

O Greenpeace entregou, na última quarta-feira, toda a documentação à Procuradoria Federal da República e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com uma proposta de investigação, que envolva pesquisadores, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Governo. Fotos de satélite, mostrando a existência de um grande pátio e estradas em terra indígena apontam uma extensa operação ilegal.

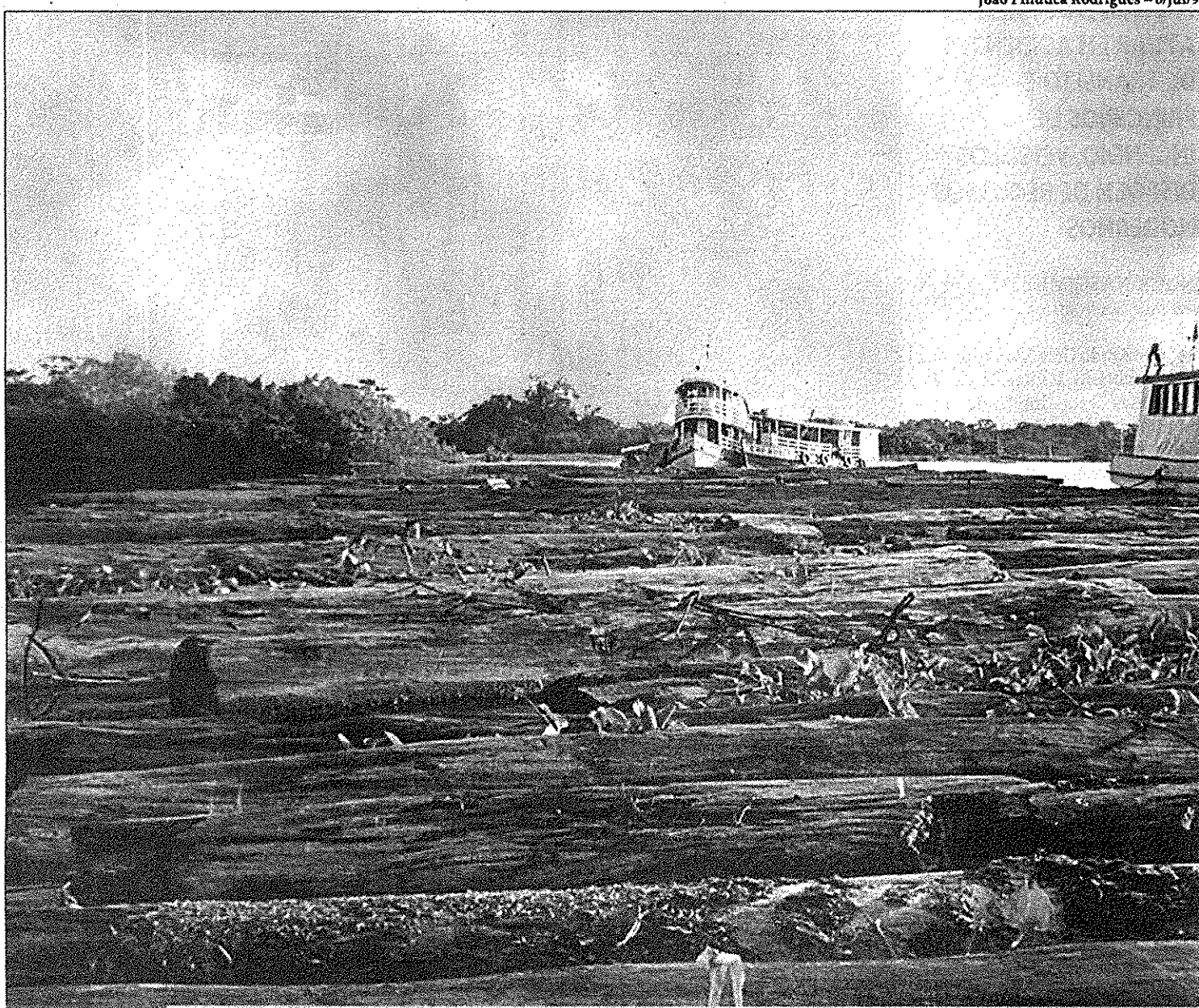
Para o Greenpeace, as evidências apresentadas expõem a fragi-

lidade do sistema de controle adotado pelo Governo brasileiro para proteger a maior floresta primária do planeta da exploração ilegal de madeira.

Em um esforço para impedir a destruição da floresta por madeireiras de mogno, o Governo decretou uma moratória para novos projetos de exploração da espécie em 1996, que ainda está em vigor. Atualmente, apenas 13 Planos de Manejo Florestal (PMF) estão autorizados a explorar mogno na Amazônia. Todos estão numa região do Sul do Pará conhecida como Terra do Meio, ou em sua vizinhança.

O Greenpeace suspeita que as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) de alguns desses projetos estão sendo usadas irregularmente para acobertar o corte ilegal de mogno em terras indígenas.

O coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, disse que a extensão da operação mostra que a exploração ilegal de mogno por madeireiros ainda é uma triste realidade. "Apoiados nas evidências entregues ao procurador da República, pedimos uma investigação completa na Terra do Meio e nas reservas indígenas que a cercam". De acordo com Adário, apesar das repetidas promessas de proteger as florestas primárias feitas por governos de todo o mundo, a exploração ilegal e destrutiva de madeira ainda é a realidade da Amazônia brasileira e em outras florestas do planeta.



FRAGILIDADE

Apesar da legislação ambiental e das ações de fiscalização, muita madeira continua sendo retirada ilegalmente da floresta

Região continua pouco explorada

A Terra do Meio é uma das maiores regiões relativamente intactas no Leste da Amazônia e abriga espécies em extinção, como onças, jacarés-açu, macacos aranha, e tamanduás-bandeira. Ocupa uma área de 8,3 milhões de hectares (quase duas vezes o tamanho do Estado do Rio de Janeiro) e fica entre os rios Xingu e Tapajós, no Estado do Pará, na fronteira Norte do cinturão do mogno - uma faixa de floresta ao Sul da Amazônia degradada em anos de exploração predatória. Diversas terras indígenas ficam ao redor da Terra do Meio.

A maior parte do mogno comercialmente viável, que resta na Amazônia, está concentrado na Terra do Meio e nas reservas indígenas que a cercam. O mogno está cada vez mais raro e a cotação do metro cúbico no mercado internacional supera US\$ 1 mil. Segundo o Greenpeace, o alto valor faz do mogno a porta de entrada para a destruição da Amazônia.

"A falta de controle adequado estimula os madeireiros a invadirem a floresta, abrindo estradas que acabam usadas por fazendeiros que

queimam a mata para criar pastos de baixa qualidade. Nos últimos 30 anos, 15% de toda a cobertura florestal amazônica foram destruídos e uma área equivalente já está seriamente comprometida", informa o coordenador do Greenpeace.

A denúncia feita pela ONG é parte de uma campanha mundial para proteger os remanescentes de florestas primárias do planeta. Estima-se que 80% das florestas primárias já foram destruídas ou degradadas. O tempo está se esgotando para os 20% que restam.

DURANTE AUDITORIA

Venda de mogno está proibida

BRASÍLIA (Da Sucursal) - O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, determinou ontem ao Ibama a suspensão da exploração e a comercialização do mogno na Amazônia até que seja concluída auditoria nas madeireiras que atuam na região. A decisão foi tomada depois das denúncias, feitas pelo Greenpeace, de que parte do mogno extraído na região

continua saindo ilegalmente de áreas que não contam com plano de manejo. Para conter a extração do mogno, o Ibama já havia reduzido a cota anual de exportação de 50 para 10 mil metros cúbicos. No entanto, com as denúncias, o Ministério do Meio Ambiente optou pela adoção da suspensão temporária. De acordo com as

informações, a maior parte do mogno extraído ilegalmente está saindo do sul do Pará, principalmente de áreas indígenas onde o Ibama tem mais dificuldade de fiscalização. A auditoria está sendo feita nos pátios das madeireiras. De acordo com o Ibama, as rotas do mogno ilegal já foram mapeadas e os fiscais estão impedindo o escoamento da madeira.